POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, PARA O ANO DE 2023

CFO/2023
(Edital DRH/CRS nº 12/2022, de 30 de dezembro de 2022)

Língua Portuguesa – Noções de Língua Inglesa – Raciocínio Lógico-Matemático – Direito Constitucional – Direito Penal – Direito Processual Penal – Direito Administrativo – Direito Civil e Direito Processual Civil – Legislação Extravagante e Direitos Humanos

NOME: _____.
CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____.
NR PM: _____**SALA:** _____.
DATA: _____.

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Prova sem consulta.
3. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões, valendo 2,00 (dois) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta). É proibido utilizar lápis, lapiseira ou similares e borracha.
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas da prova objetiva, sendo que as questões rasuradas, bem como as em branco ou com mais de uma marcação não serão computadas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 4 (quatro) horas, assim distribuídas: das 8h30min às 11h30min: resolução da prova objetiva e preenchimento da folha de respostas; das 11h30min às 12h30min: confecção da redação.
8. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseira, borracha, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, no intervalo de tempo abrangido pela 2ª (segunda) e 3ª (terceira) hora de realização da prova, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de prova depois de transcorridas três horas e trinta minutos do início da aplicação.
11. Ao final da prova, caso o candidato não leve consigo o caderno de prova, este deverá ser entregue ao aplicador juntamente com a folha de respostas da prova objetiva e a folha de redação, todos devidamente preenchidos, conferidos e assinados.
12. O gabarito da prova objetiva será publicado no site do CRS (https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/crs).

_____
Assinatura do Candidato

LINGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto abaixo e, em seguida, responda às questões propostas.

Chat GPT: Especialistas comentam a novidade da Inteligência Artificial (IA)
Criado pela OpenAI, tecnologia tem alcançado o público e gerado receio e curiosidade entre os internautas.

Em menos de dois meses de funcionamento, o programa de Inteligência Artificial "Chat GPT" conquistou usuários em todo o mundo por seus textos realistas. A tecnologia provou que também pode servir para diversas modalidades, como afirma o especialista Christian Perrone, jurista e pesquisador em Fulbright, na Universidade Georgetown, nos Estados Unidos.

Lançado pela empresa chamada OpenAI, — tendo o bilionário Elon Musk como um dos fundadores — o Chat GPT é um programa de inteligência artificial cujo nome é uma sigla para “Chat Generative Pre-Trained Transformer” ou, em tradução livre: "transformador pré-treinado generativo de bate-papo”. Em conversa com o site da TV Cultura, Christian Perrone explica que a tecnologia cria textos a partir de padrões que são "instruídos pelo próprio usuário". Ao receber perguntas, a tecnologia lhe dará respostas com base em pesquisa de fontes variadas, montando um texto através dos dados fornecidos.

Sobre a IA, o especialista afirma que: "por um lado tem pessoas que acham que isso é a grande revolução do futuro, mas por outro, temos que entender que ela é um pequeno degrau numa escada muito grande. O Chat GPT é, na verdade, um grande modelo linguístico", conclui Perrone.

Para o programador de sistemas, Giovane Ferreira, há também um contexto de preocupações éticas nessa novidade, voltadas principalmente para a proteção de dados que são arquivados pela tecnologia. "Tem muita gente que fala sobre a política de privacidade da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que depois de um tempo essas informações são apagadas, mas nesse caso não. Por ser uma inteligência artificial, ela vai aprendendo mais, através desses dados que são armazenados", diz.

Ferreira menciona a popularidade do assunto, e diz que "gera tanto burburinho, porque as pessoas ficam com medo de, por ser uma Inteligência Artificial, substituir o trabalho humano", relata o programador. As possibilidades de uso no mercado de trabalho, comentadas pelos especialistas, variam de ajuda nas produções textuais, correções, confirmação de dados e datas até probabilidade de ideias para construção narrativa.

"As oportunidades são múltiplas, mais que tudo, para auxiliar essa interlocução humana ou então dar um start em um texto que se quer escrever (...) O jornalismo será um grande beneficiado desta inteligência, pela capacidade que o Chat tem de descrever jogos de futebol, por exemplo", comenta o pesquisador Christian Perrone.

"A gente viu muito sobre a capacidade criativa dessas novas inteligências artificiais. O Chat GPT consegue, entre aspas, criar uma redação, como o DALLE-e — ferramenta criada com inspiração no nome de Salvador Dalí, que serve para gerar imagens. Mas a capacidade de criação em si, ainda é estritamente humana", diz Perrone.

O especialista ainda pontua o fato de o Chat GPT não ter informações sobre acontecimentos recentes, "assim como uma criança ou um estudante, a IA vai aprendendo e se aprimorando", afirma.

Apesar das preocupações éticas em torno dos dados e a possível relação do Chat GPT com futuros plágios, a novidade continua bombando nas redes e se popularizando entre os jovens. Os especialistas afirmam que essa tecnologia se mostra cada vez mais comum, e será uma grande revolução de auxílio na produção textual para a sociedade.

MARINHO, Malu. cultura.uol.com.br.2023. Chat GPT: Especialistas comentam a novidade da Inteligência Artificial (IA).

Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/55521_chat-gpt-especialistas-comentam-a-novidade-da-inteligencia-artificial-ia.html. Acesso em: 14 de fev. de 2023.

1ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo sobre o texto e depois responda o que se pede:

I. Trata-se de um artigo, cujo objetivo da autora é demonstrar, por meio de argumentos consistentes e persuasivos, o predomínio do ponto de vista dela sobre o tema, colocando a opinião dos especialistas em segundo plano.
II. O texto apresenta um título e um subtítulo, os quais reportam, respectivamente: ao tema que norteará o texto, baseado em um compilado de pareceres de especialistas, e à impressão da autora sobre o assunto.
III. Ao longo do texto, torna-se explícito que os pontos de vista dos especialistas entrevistados não são divergentes, mas são abordagens diferentes dentro de um mesmo tema.
IV. No editorial em questão, existe a nítida preocupação em ampliar as discussões sobre o assunto, contrariando as manifestações de especialistas retrógados, que veem o Chat GPT como uma ameaça ao trabalho realizado por humanos.

Estão **CORRETAS** as informações contidas em:

A. ( ) I e II, apenas.
B. ( ) II e III, apenas.
C. ( ) III e IV, apenas.
D. ( ) II e IV, apenas.

2ª QUESTÃO – Ao longo do texto, a autora utiliza as aspas, um sinal de pontuação empregado em diversas situações. Considerando tais usos e ainda os efeitos semânticos e estilísticos que esse recurso pode promover, avalie os enunciados abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

A. ( ) As aspas presentes no terceiro parágrafo abrem e fecham uma citação literal, ou seja, marcam a inserção da transcrição de uma fala que não é a da autora do texto.
B. ( ) No segundo parágrafo, as aspas foram empregadas pelo mesmo motivo em “Chat Generative Pre-Trained Transformer” e em "transformador pré-treinado generativo de bate-papo”.
C. ( ) Ainda no segundo parágrafo, as aspas empregadas em: "instruídos pelo próprio usuário" poderiam ser desprezadas, sem prejuízo de entendimento ao texto, já que representam a fala da própria autora.
D. ( ) No sétimo parágrafo, quando o especialista afirma que “O Chat GPT consegue, entre aspas, criar uma redação”, ele sugere que o Chat GPT teria uma aplicação ilimitada e autônoma, totalmente independente da criatividade humana. A menção de empregar o termo entre aspas evidenciaria isso.

3ª QUESTÃO – Considerando as regras de acentuação, analise as assertivas a seguir, assinalando **“V”**, para as verdadeiras, ou **“F”**, para as falsas, e, ao final, responda o que se pede:

( ) *Instruídos* e *usuários* fazem parte de um grupo de palavras assistidas pela mesma regra de acentuação.

( ) *Dará* e *através* são exemplos de vocábulos oxítonos que, obrigatoriamente, sempre serão acentuados.

( ) *Múltiplos* e *linguístico* recebem o acento com base em uma mesma regra, para a qual não há exceções.

( ) *Éticos* e *plágios* são acentuados por serem palavras paroxítonas terminadas em “*o*”, seguido de “*s*”.

Marque a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** na ordem de cima para baixo.

A. ( ) V, F, F, V.
B. ( ) F, V, V, F.
C. ( ) F, F, F, V.
D. ( ) V, V, V, F.

4ª QUESTÃO – No texto, estão presentes algumas manifestações da linguagem coloquial, bem como o emprego de termos e palavras em sentido figurado. Julgue os fragmentos abaixo e assinale aquele cujo termo destacado foi empregado em sentido denotativo.

A. ( ) "[...] temos que entender que ela é um pequeno degrau numa escada muito grande."
B. ( ) "A gente viu muito sobre a capacidade criativa dessas novas inteligências artificiais".
C. ( ) "[...] a novidade continua bombando nas redes e se popularizando entre os jovens."
D. ( ) "[...] gera tanto burburinho, porque as pessoas ficam com medo de, por ser uma Inteligência Artificial, substituir o trabalho humano."

NOÇÕES DE LINGUA INGLESA

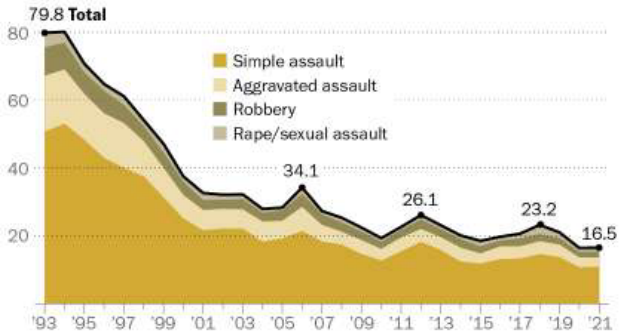
Read the extracts below and then answer the following questions.

TEXT 1:

Annual government surveys from the Bureau of Justice Statistics show no recent increase in the U.S. violent crime rate.

In 2021, the most recent year with available data, there were 16.5 violent crimes for every 1,000 Americans ages 12 and older. That was statistically unchanged from the year before, below pre-pandemic levels and far below the rates recorded in the 1990s, according to the National Crime Victimization Survey.
For each of the four violent crime types tracked in the survey – simple assault, aggravated assault, robbery and rape/sexual assault – there was no statistically significant increase either in 2020 or 2021.

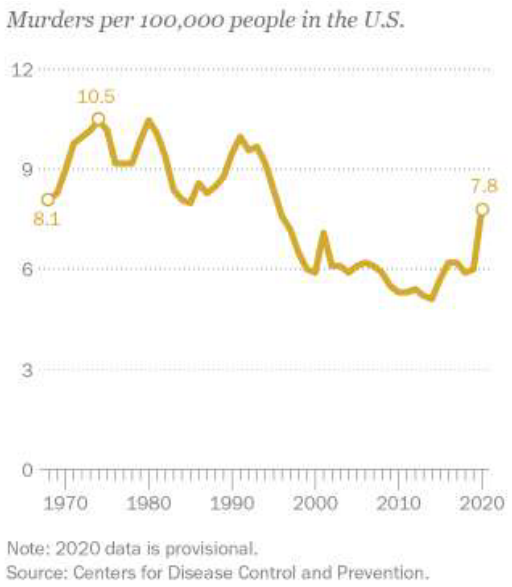
Violent victimizations per 1,000 Americans ages 12 and older



Note: Data for 2006 is not comparable to other years.
Source: U.S. Bureau of Justice Statistics.

The National Crime Victimization Survey is fielded each year among approximately 240,000 Americans ages 12 and older and asks **them** to describe any recent experiences **they** have had with crime. The survey counts threatened, attempted and completed crimes, whether or not they were reported to police. Notably, it does *not* track the most serious form of violent crime, murder, because it is based on interviews with surviving crime victims.

TEXT 2:



While the total U.S. violent crime rate does not appear to have increased recently, the most serious form of violent crime – murder – has risen significantly during the pandemic

Both the FBI and the Centers for Disease Control and Prevention (CDC) reported a roughly 30% increase in the U.S. murder rate between 2019 and 2020, marking one of the largest year-over-year increases ever recorded. The FBI's latest data, as well as provisional data from the CDC, suggest that murders continued to rise in 2021.

Available: https://www.pewresearch.org/fact-tank/2022/10/31/violent-crime-is-a-key-midterm-voting-issue-but-what-does-the-data-say/.

5ª QUESTÃO – Consider the information presented in both texts (Text 1 and Text 2) and their illustrations. Read the sentence bellow. Are they true (T) or False (F)? Mark the **CORRECT** alternative.

I. Since the 1990s, the U.S. has seen a successive and statistically significant decline in violent crimes rates.
II. Despite the increase in the nation's murder rate in 2020, it remained well below past highs in the 70's, 80's and 90's.
III. The Annual government surveys from the Bureau of Justice Statistics takes into account the victimization of children under 12 when reported by an adult.
IV. U.S. murder rate rose sharply in 2020.

A. ( ) T, F, T, T.
B. ( ) F, T, F, T.
C. ( ) T, T, F, F.
D. ( ) F, T, F, F.

6ª QUESTÃO – Read Text 1 again and check what the underlined words refer to.

A. ( ) The National Crime Victimization Survey.
B. ( ) Approximately 240.000 Americans ages 12 and older.
C. ( ) Annual government survey.
D. ( ) Bureau of Justice Statistics.

7ª QUESTÃO – Read again the sentence below:

Both the FBI and the Centers for Disease Control and Prevention (CDC) reported a **roughly** 30% increase in the U.S. murder rate between 2019 and 2020, marking one of the largest year-over-year increases ever recorded.

What the word *roughly* means in the sentence?

A. ( ) Used to show that something is unexpected.
B. ( ) Used to show that something is out of control.
C. ( ) Used to show that something is above the average.
D. ( ) Used to show that something is not exact.

8ª QUESTÃO – Complete the sentence by writing a word or phrase to emphasize that although something may happen or may be true, another situation remains the same.

There are many reasons why voters might be concerned about violent crime, _____ official statistics do not show an increase in the nation's total violent crime rate.

A. ( ) Even if.
B. ( ) But also.
C. ( ) Due to.
D. ( ) Unless.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

9ª QUESTÃO – A Polícia Militar de Minas Gerais analisa a criminalidade sob o enfoque estatístico, utilizando-se, por exemplo, da previsão de séries temporais, como forma de desenvolver estratégias para prevenir e reprimir a criminalidade. Os dados criminais também são utilizados para definição de metas e planos de ação. Nesse contexto, considere a seguinte situação hipotética e, ao final, responda o que se pede:

Como 2º Tenente da Polícia Militar de Minas Gerais você é designado para comandar o policiamento de 03 municípios. De posse das taxas de Crimes Violentos por 100.000 habitantes do primeiro quadrimestre de ano de 2023 (Tabela 1) e, sabendo que as populações dos municípios A, B e C são respectivamente 30.000, 40.000 e 50.000 habitantes, e que as taxas de crimes violentos dos municípios são calculadas multiplicando o número absoluto de crimes violentos do município por 100.000 e dividindo pela sua respectiva população, você precisa desenvolver estratégias para prevenir e reprimir a criminalidade.

Tabela 1 – Taxa de Crimes Violentos por 100.000 habitantes em 2023.

Mês	Município A	Município B	Município C
Janeiro	26,67	22,50	42,00
Fevereiro	30,00	22,50	44,00
Março	26,67	25,00	40,00
Abril	23,33	27,50	36,00

Com base nos dados fornecidos, marque a alternativa que representa a conclusão **CORRETA** a que você pode chegar:

A. ( ) O município C apresenta tendência de aumento dos crimes violentos ao passo que o município B apresenta os maiores números absolutos de crimes violentos.
B. ( ) O município A apresenta tendência de aumento dos crimes violentos ao passo que o município B apresenta os maiores números absolutos de crimes violentos.
C. ( ) O município B apresenta tendência de aumento dos crimes violentos ao passo que o município C apresenta os maiores números absolutos de crimes violentos.
D. ( ) O município C apresenta tendência de aumento dos crimes violentos e os maiores números absolutos de crimes violentos.

10ª QUESTÃO – Considere a seguinte situação hipotética e, ao final, responda o que se pede:

Se com 120 policiais militares o 88° Batalhão da Polícia Militar consegue atender a 40 ocorrências policiais por dia e patrulhar 420 quilômetros de vias urbanas por dia operando em sua capacidade máxima, quantos policiais são necessários para que o 89º Batalhão da Polícia Militar, também operando em sua capacidade máxima, consiga atender a 70 ocorrências policiais por dia e patrulhar 350 Km de vias urbanas por dia? (Considere o tempo médio de atendimento de ocorrências e o tempo médio de patrulhamento por quilômetro igual nos dois batalhões.)

Marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) 82
B. ( ) 175
C. ( ) 252
D. ( ) 57

11ª QUESTÃO – Considere a seguinte situação hipotética e, ao final, responda o que se pede:

Você, Tenente da PMMG, precisa planejar uma escolta, contudo, dadas as condições de saúde do preso a ser escoltado, é preciso fazer 05 paradas para medicá-lo antes de chegar ao destino. Assim, sabendo que sua escolta se inicia no quilômetro 60 da Rodovia BR 040 e seu destino está no quilômetro 480 da mesma rodovia e que as paradas devem ser equidistantes, em qual quilômetro da Rodovia será a segunda parada?

Marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) 228
B. ( ) 130
C. ( ) 144
D. ( ) 200

12ª QUESTÃO – Na atividade policial, é muito comum, em locais de crimes, o policial deparar com versões contraditórias por parte de testemunhas e suspeitos. Nesse sentido, considere a seguinte situação hipotética e, ao final, responda o que se pede:

Ao chegar em um local de homicídio, você policial depara com os suspeitos que fazem as seguintes declarações:

1ª Roberto afirma que Fernando é o assassino.
2ª Ricardo afirma que não é o assassino.
3ª Fernando afirma que Cláudio é o assassino
4ª Cláudio afirma que Fernando está mentindo.

Antes de morrer, enquanto ainda no hospital, as versões são apresentadas à vítima que, devido ao seu estado grave, não consegue falar, porém consegue dar certeza de que apenas um dos suspeitos está mentindo e que aquele que mente é o assassino.

Com base nessas informações, marque a alternativa que contém o nome do assassino.

A. ( ) Fernando
B. ( ) Ricardo
C. ( ) Roberto
D. ( ) Cláudio

DIREITO CONSTITUCIONAL

13ª QUESTÃO – A respeito dos fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais, nos termos da **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira.
B. ( ) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
C. ( ) Somente os brasileiros natos podem possuir cargo nas Forças Armadas.
D. ( ) O brasileiro nato pode perder sua nacionalidade, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

14ª QUESTÃO – O processo legislativo consiste no conjunto coordenado de disposições que disciplinam o procedimento a ser obedecido pelos órgãos competentes na produção de leis e atos normativos que derivam diretamente da própria constituição. Sobre o processo legislativo, nos termos da **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, marque a alternativa **INCORRETA**.

A. ( ) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação e, se aprovado, voltara à Casa Iniciadora para que esta o envie ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.
B. ( ) A proposta de emenda à Constituição que tenda a abolir os direitos individuais não será objeto de deliberação.
C. ( ) O Presidente da República não poderá editar medida provisória sobre matéria relativa a direito eleitoral, mesmo em caso de relevância e urgência.
D. ( ) A Câmara dos Deputados é responsável por dar início à discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, podendo este solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

15ª QUESTÃO – A **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** consagrou em seu art. 2º a tradicional tripartição de Poderes, ao afirmar que são Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. A respeito do Poder Legislativo, nos termos da **Constituição Federal**, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) O Poder Legislativo Federal é exercido pelo Congresso Nacional, o qual se compõe da Câmara dos Deputados, que possui representantes dos Estados, e do Senado Federal que possui representantes do povo.
B. ( ) O Poder Legislativo possui a função de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, que deve ser exercida pelo Congresso Nacional, ou por qualquer de suas casas, podendo ser realizada por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
C. ( ) O Deputado ou Senador que for investido no cargo de Secretário de Estado perderá seu mandato.
D. ( ) Um Deputado Federal não poderá sofrer condenação criminal enquanto estiver no exercício do mandato.

16ª QUESTÃO – Conforme a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,** o Poder Executivo é o poder destinado a executar, fiscalizar e gerir as leis de um país. Sobre o referido poder, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) Compete ao Presidente da República decretar o Estado de Calamidade Pública.
B. ( ) O Presidente da República só poderá ser julgado após a admissão da acusação pela Câmara dos Deputados. Se a acusação for de crime comum, quem julgará será o Senado Federal e se a acusação for de crime de responsabilidade, quem julgará será o Supremo Tribunal Federal.
C. ( ) O Presidente da República acusado de cometimento de crime ficará suspenso de suas funções durante a tramitação do processo, independentemente do tempo de duração do referido processo.
D. ( ) O Brasil apresenta o sistema presidencialista de Governo no qual o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.

17ª QUESTÃO – Sobre o Poder Judiciário, nos termos da **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados pelos órgãos de representação das respectivas classes.
II. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão juizados especiais competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
III. Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária e exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
IV. Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A. ( ) II e IV, apenas.
B. ( ) II e III, apenas.
C. ( ) I, III e IV, apenas.
D. ( ) I, II, III e IV.

18ª QUESTÃO - O Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado, que apresenta como espécies: o poder constituinte originário e o poder constituinte derivado. Sobre as características dessas espécies, enumere a **2ª (segunda)** coluna de acordo com a **1ª (primeira)** e, ao final, responda o que se pede.

(1)	Poder Constituinte Originário	( )	Encontra-se limitado pelas normas expressas e implícitas do texto constitucional, às quais não poderá contrariar, sob pena de inconstitucionalidade.
(2)	Poder Constituinte Derivado	( )	Não está sujeito a qualquer forma prefixada para manifestar sua vontade; não tem ela que seguir qualquer procedimento determinado para realizar sua obra de constitucionalização.
		( )	Não está de modo algum limitado pelo direito anterior, não tendo que respeitar os limites postos pelo direito positivo antecessor
		( )	Seu exercício deve seguir as regras previamente estabelecidas no texto da Constituição Federal.

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** na ordem de cima para baixo.

A. ( ) 1, 1, 2, 2.
B. ( ) 2, 1, 1, 2.
C. ( ) 2, 2, 2, 1.
D. ( ) 1, 2, 1, 1.

DIREITO PENAL

19ª QUESTÃO – A respeito do concurso de pessoas no **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. A participação de menor importância trata-se de exceção à teoria monista adotada pelo Código Penal.
II. Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
III. As circunstâncias objetivas, no concurso de agentes, se comunicam, desde que o partícipe tenha conhecimento delas.
IV. Para que haja concurso de pessoas é necessário a existência do ajuste prévio entre os autores do crime.

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**.

A. ( ) Somente as assertivas II e III são verdadeiras.
B. ( ) As assertivas I, II, III e IV são verdadeiras.
C. ( ) Somente a assertiva II é verdadeira.
D. ( ) Somente as assertivas III e IV são verdadeiras.

20ª QUESTÃO – A respeito do instituto do erro no **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. Para os casos de erro na execução com unidade simples o Código Penal determina a aplicação na norma atinente ao erro contra a pessoa.
II. No erro de tipo acidental exclui-se o dolo, mas permite-se a punição por crime culposo, se previsto em lei.
III. Para os casos de erro na execução com unidade complexa o Código Penal determina a aplicação na norma atinente ao erro contra a pessoa.
IV. O desconhecimento da lei é inescusável, porém, o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, poderá diminuir a pena de um sexto a um terço.

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**.

A. ( ) As assertivas I, II, III e IV são verdadeiras.
B. ( ) Somente a assertiva II é verdadeira.
C. ( ) Somente as assertivas III e IV são verdadeiras.
D. ( ) Somente a assertiva I é verdadeira.

21ª QUESTÃO – A respeito da culpabilidade no **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. A teoria psicológico-normativa da culpabilidade possui bases Neokantistas e insere a exigibilidade de conduta diversa na análise do crime.
II. A teoria psicológica da culpabilidade possui bases Causais-naturalistas e se notabilizava pela verificação do dolo e da culpa do agente no fato típico.
III. A teoria normativa pura da culpabilidade é característica do modelo finalista de análise do crime e se caracteriza pela presença da imputabilidade, da potencial consciência da ilicitude e da exigibilidade de conduta diversa.
IV. Tanto a teoria extremada quanto a teoria limitada da culpabilidade identificam a descriminante putativa que recai sobre situação fática da causa excludente de ilicitude como hipótese de erro de tipo.

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**.

A. ( ) As assertivas I, II, III e IV são verdadeiras.
B. ( ) Somente a assertiva II é verdadeira.
C. ( ) Somente as assertivas I e III são verdadeiras.
D. ( ) Somente as assertivas III e IV são verdadeiras.

22ª QUESTÃO – A respeito do crime de Resistência previsto no Título dos Crimes contra a Administração Pública no **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. O tipo penal exige que a conduta do agente seja positiva, ou seja, a chamada “resistência passiva” em que o autor, para evitar a prisão, por exemplo, se joga no chão, não faz configurar o delito de resistência.
II. O tipo penal exige que a resistência se dê mediante violência ou grave ameaça.
III. Se o ato, em razão da resistência, não se executa, estará configurada a resistência qualificada.
IV. As penas do crime de resistência são aplicáveis sem prejuízo das penas de eventuais lesões corporais ou homicídio que forem praticados no mesmo ato.

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**.

A. ( ) As assertivas I, II, III e IV são verdadeiras.
B. ( ) Somente as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
C. ( ) Somente a assertiva II é verdadeira.
D. ( ) Somente as assertivas III e IV são verdadeiras.

23ª QUESTÃO – A respeito do crime de Desacato previsto no Título dos Crimes contra a Administração Pública no **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro (Código Penal)**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. O tipo penal de desacato exige que a ofensa seja dirigida ao funcionário público ou ao órgão a que pertence.
II. Para a configuração do desacato exige-se que o crime seja praticado na presença da vítima.
III. A presença somente da vítima não é suficiente para a configuração do crime tendo em vista a exigência de publicidade pelo tipo penal.
IV. Se o serviço público, em razão do desacato, fica prejudicado, estará configurado o desacato qualificado.

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**.

A. ( ) As assertivas I, II, III e IV são falsas.
B. ( ) Somente as assertiva II, III e IV são verdadeiras.
C. ( ) Somente as assertivas III e IV são verdadeiras.
D. ( ) Somente a assertiva II é verdadeira.

24ª QUESTÃO – A respeito dos Crimes contra o Patrimônio no **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro (Código Penal)**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. O concurso de duas ou mais pessoas qualifica o crime de roubo e majora (causa de aumento de pena) o crime de furto.
II. Denomina-se receptação imprópria as hipóteses de crime permanente previstas no tipo penal de receptação.
III. O tipo penal que criminaliza as condutas de tomar refeição em restaurante, alojar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento, somente se procede mediante representação, e o juiz pode, conforme as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.
IV. O roubo impróprio pode ser cometido mediante grave ameaça, violência, ou qualquer outro meio que impossibilite a resistência da vítima.

Marque a alternativa que contém a resposta **CORRETA**.

A. ( ) As assertivas I, II, III e IV são falsas.
B. ( ) Somente a assertiva IV é verdadeira.
C. ( ) Somente as assertivas III e IV são verdadeiras.
D. ( ) Somente a assertiva III é verdadeira.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

25ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

A. ( ) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais e militares no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
B. ( ) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada a juízo da autoridade.
C. ( ) No crime de extorsão mediante sequestro, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos, devendo essa requisição ser atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
D. ( ) O inquérito deverá terminar no prazo de 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 40 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

26ª QUESTÃO – Sobre o **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

A. ( ) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, e o perdão concedido a um dos querelados aproveitarão a todos. Contudo, o perdão não produzirá efeito em relação ao querelado que o recusar.
B. ( ) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de representação do Ministro da Justiça, ou de requisição do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
C. ( ) Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará ao juiz, à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.
D. ( ) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 7 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.

27ª QUESTÃO – Sobre **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

A. ( ) São requisitos e condições para análise da propositura de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público, entre outros, a prática de infração penal com pena mínima inferior a quatro anos, a reparação do dano ou restituição da coisa à vítima, a renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumento, produto ou proveito do crime, pagamento de prestação pecuniária a entidade pública ou de interesse social a ser indicada pelo juízo da execução e cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.
B. ( ) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considera-se perempta a ação penal após o decurso do prazo de 60 dias, quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo ou quanto, falecendo o querelante, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.

C. ( ) Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva: os ministros de estado; os ministros de confissão religiosa; os guarda civis dos Estados e Territórios, ativos e inativos; os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de jurado, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função; dentre outras hipóteses legais.

D. ( ) A competência jurisdicional será determinada, dentre outras hipóteses legais, pelo lugar da infração, pela natureza da infração, pelo domicílio ou residência da vítima ou por prevenção.

28ª QUESTÃO – Considerando o teor do **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal e da Lei 7.960/89**, que dispõe sobre prisão temporária, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

A. ( ) Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor poderá efetuar- lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade do local do fato.

B. ( ) Para decretação de prisão temporária em face de representação feita pela autoridade policial, o juiz necessariamente deverá ouvir o Ministério Público antes de decidir.

C. ( ) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz no curso da investigação criminal por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público ou das partes.

D. ( ) O despacho do juiz decretando a prisão temporária autoriza, desde já, seu cumprimento pela autoridade responsável, servindo como nota de culpa.

29ª QUESTÃO – Sobre o **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

A. ( ) A existência de registros pretéritos da prática de infrações penais insignificantes afasta a possibilidade de propositura de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público.

B. ( ) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, sendo desnecessária a concordância do investigado e seu defensor.

C. ( ) Uma vez presentes os requisitos legais, a homologação do acordo de não persecução penal será realizada em audiência, sendo desnecessária a oitiva do investigado.

D. ( ) Uma vez atendidos os requisitos legais pelo investigado, o Ministério público tem o poder dever de propor o acordo de não persecução penal.

30ª QUESTÃO – Sobre o **Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal**, analise as assertivas abaixo e ao final, responda o que se pede:

I. Não será concedida fiança quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva e também no caso de prisão civil ou militar.

II. O valor da fiança será de 20 (vinte) a 200 (duzentos) salários mínimos quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.

III. Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, a extensão do dano causado a vítima, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento

IV. O quebramento injustificado da fiança importará na perda da totalidade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A. ( ) II, apenas.
B. ( ) II e IV, apenas.
C. ( ) I, III e IV, apenas.
D. ( ) I, apenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31ª QUESTÃO – Conforme a **Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. Sistema de registro de preço e diálogo competitivo são modalidades de licitação.
II. O pregão será adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
III. Quando se tratar de objeto complexo, de difícil especificação, poder-se-á combinar duas ou mais modalidades de licitação em um mesmo certame.
IV. Na modalidade leilão, não se exigirá registro cadastral prévio dos licitantes.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A. ( ) I e III, apenas.
B. ( ) II e IV, apenas.
C. ( ) II e III, apenas.
D. ( ) I e IV, apenas.

32ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Decreto nº 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal,** marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) As locações imobiliárias e alienações não poderão ser licitadas pela modalidade de pregão na forma eletrônica.
B. ( ) O Termo de Referência é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o Estudo Técnico Preliminar.
C. ( ) O resultado da licitação será homologado pelo pregoeiro, e à autoridade competente caberá celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.
D. ( ) Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, possuindo a impugnação, em regra, efeito suspensivo.

33ª QUESTÃO – Acerca das modalidades de delegação do serviço público, previstas na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei Federal nº 8.987, de 1995,** marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) Por meio das concessões, permissões e autorizações, o Poder Público realiza a descentralização administrativa, sendo as permissões formalizadas por meio de contrato de adesão.

B. ( ) Quando se tratar de concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, não haverá necessidade de prévia licitação.
C. ( ) Extinta a concessão, a assunção do serviço pelo poder concedente dependerá dos levantamentos e avaliações a serem realizados.
D. ( ) A concessão permite que se delegue o serviço público a pessoas físicas.

34ª QUESTÃO – Assegurado na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, o direito à propriedade admite limitações ao seu uso e restrições ao seu conteúdo em benefício da comunidade. Acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) A desapropriação de um terreno para construção de casas populares, dar-se-á pela utilidade pública.
B. ( ) Compete privativamente à União e ao Estado legislar sobre a intervenção na propriedade privada, no entanto, pode ser praticada também pelos Municípios.
C. ( ) A intervenção estatal na propriedade privada, na modalidade desapropriação, fundamenta-se na necessidade ou utilidade pública, ou interesse social. Trata-se de forma originária de aquisição de propriedade pelo ente público.
D. ( ) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, sendo dispensada a autorização legislativa quando se tratar de imóveis urbanos localizados em cidades com menos de 150.000 habitantes.

35ª QUESTÃO – Considerando a Administração Pública Indireta, enumere a **2ª (segunda)** coluna de acordo com a **1ª (primeira)**, relacionando cada entidade pública ao seu conceito, e, ao final, responda o que se pede:

(1)	Autarquia	( )	Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
(2)	Empresa pública	( )	Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
(3)	Sociedade de economia mista	( )	A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
(4)	Fundação pública	( )	Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** na ordem de cima para baixo.

A. ( ) 3, 2, 1, 4.
B. ( ) 2, 1, 4, 3.
C. ( ) 4, 3, 2, 1.
D. ( ) 1, 4, 3, 2.

36ª QUESTÃO – Conforme a **Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, em relação à extinção e nulidade dos contratos administrativos, analise as assertivas a seguir e, ao final, responda o que se pede:

I. A extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
II. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
III. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.
IV. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 3 (três) meses.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A. ( ) I, II e III, apenas.
B. ( ) I e II, apenas.
C. ( ) I e IV, apenas.
D. ( ) II, III e IV, apenas.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37ª QUESTÃO – Em relação à personalidade e capacidade das pessoas previstas na **Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 – Código Civil**, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) Os menores de 16 (dezesseis) anos são relativamente incapazes de exercer pessoalmente certos atos ou à maneira de os exercer.
B. ( ) Os indivíduos viciados em tóxicos são absolutamente incapazes de exercerem pessoalmente os atos da vida civil.
C. ( ) O casamento cessará a incapacidade para os menores.
D. ( ) A menoridade cessa aos dezesseis anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

38ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Código Civil- Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002**, sobre a responsabilidade civil, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la termina com a morte.
II. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
III. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, mesmo se as pessoas por ele responsáveis tiverem obrigação de fazê-lo ou dispuserem de meios suficientes ou houver privação para o incapaz.
IV. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo se houver culpa da vítima ou motivo de força maior.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A. ( ) II, apenas.
B. ( ) I e IV, apenas.
C. ( ) II e IV, apenas.
D. ( ) I e III, apenas.

39ª QUESTÃO – Considere a seguinte situação hipotética e, ao final, responda o que se pede:

Uma viatura policial militar, composta pelo Soldado João e pelo Cabo José, foi acionada para uma ocorrência de atrito entre vizinhos. No local o vizinho Tiago estava reclamando que na casa do seu vizinho, Abreu, existe uma árvore mangueira que estava sujando todo o seu quintal, inclusive, sua piscina, com folhas e frutos. Tiago informou que já pediu diversas vezes para seu vizinho, Abreu, cortar a árvore, porém ele se recusa. Já o vizinho Abreu, acusa o vizinho Tiago de estar comendo as mangas que não lhe pertencem, sem autorização ou devido pagamento.

Em relação ao direito de vizinhança, previsto na **Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 – Código Civil**, marque a alternativa que representa a orientação **CORRETA** dada pelos policiais.

A. ( ) O Soldado João orientou Tiago que ele somente tem autorização para cortar os ramos se o tronco da árvore estiver na linha divisória existente entre as duas casas.
B. ( ) O Cb José orientou Tiago que ele deveria devolver os frutos caídos em seu terreno oriundos da árvore mangueira do Abreu, pois pertencem ao vizinho Abreu.
C. ( ) O Cb José informou para Tiago que ele pode cortar as raízes e os ramos de árvore até o plano vertical divisório, que estejam invadindo seu terreno.
D. ( ) O Soldado João informou aos vizinhos que a única solução legal seria cortar a árvore mangueira, pois somente assim os atritos entre os vizinhos iriam se encerrar.

40ª QUESTÃO – Em relação à **Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor**, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária.
B. ( ) Não sendo o vício do produto sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o fornecedor substituir o produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou restituir da quantia paga, abatendo-se do valor o período de uso pelo consumidor.
C. ( ) São impróprios para o consumo os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos, permitindo-se o comércio somente até 02 (dois) dias após o vencimento.
D. ( ) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

41ª QUESTÃO – Em relação à **Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor**, analise a figura abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

Bar chama atenção ao pendurar lista de devedores na porta: 'Calotes 2021'

Placas de aviso e com a lista dos nomes de devedores colocadas em frente a um bar de Sorocaba (SP).
Imagem: Reprodução/Facebook

Disponível: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/15/calotes-2021-bar-em-sp-pendura-lista-de-devedores-na-porta-e-viraliza.htm

A. ( ) Não há de se falar em infração cometida pelo proprietário do bar, pois ele deve utilizar-se dos meios necessários para reaver os seus prejuízos.
B. ( ) O proprietário do bar agiu corretamente, pois em toda cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deve-se constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do devedor.
C. ( ) O proprietário cometeu infração penal prevista no Código de Defesa do Consumidor, pois utilizou de constrangimento moral, na cobrança de dívidas, expondo os consumidores, injustificadamente, a ridículo.
D. ( ) O proprietário cometeu apenas infração administrativa prevista no Código de Defesa do Consumidor, pois utilizou de constrangimento moral, na cobrança de dívidas, expondo os consumidores.

42ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Lei nº 13.105, de 16/03/2015 – Código de Processo Civil**, sobre a capacidade processual, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
II. Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
III. O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel mesmo que possua advogado.
IV. O incapaz será representado ou assistido somente por seus pais, na forma da lei.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A. ( ) I e II, apenas.
B. ( ) II e IV, apenas.
C. ( ) I e III, apenas.
D. ( ) III e IV, apenas.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E DIREITOS HUMANOS

43ª QUESTÃO – A **Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica)**, tem como premissa que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente. Neste contexto, em conformidade com a convenção, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) Não se admite a pena de morte.
B. ( ) Pode-se instituir pena de morte apenas para os delitos hediondos.
C. ( ) Nos países onde há previsão de pena de morte, a convenção não apresenta obrigação de extingui-la.
D. ( ) A pena de morte só é admitida em caso de guerra declarada.

44ª QUESTÃO – A respeito das premissas previstas na **Declaração Universal dos Direitos Humanos** adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948, marque a alternativa **INCORRETA**.

A. ( ) Todo ser humano tem o direito de participar do progresso científico e de seus benefícios.
B. ( ) O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.
C. ( ) As limitações estabelecidas pela lei às liberdades existem com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros.
D. ( ) A instrução técnico-profissional e superior será acessível a todos, sendo esta última baseada no mérito.

45ª QUESTÃO – Em conformidade com a **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro**, julgue as afirmativas abaixo, assinalando **"V"**, para as verdadeiras, ou **"F"**, para as falsas, e, ao final, responda o que se pede:

( ) Não serão aplicadas as sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro por inobservância à sinalização insuficiente.

( ) As vias serão reabertas ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção, desde que estiverem sinalizadas, pelo menos horizontalmente, a fim de garantir as condições adequadas de segurança na circulação.

( ) Toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produto oriundo da indústria automobilística ou afim, incluirá, obrigatoriamente, mensagem educativa de trânsito a ser conjuntamente veiculada.

( ) Na prevalência da sinalização de trânsito, as indicações do semáforo sobressaem sobre os outros sinais.

Marque a alternativa com a sequência **CORRETA** na ordem de cima para baixo.

A. ( ) V, F, V, F.
B. ( ) V, F, F, V.
C. ( ) F, V, F, V.
D. ( ) F, V, V, F.

46ª QUESTÃO – A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais discorre nas disposições gerais que o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Nos termos da referida Lei, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, necessariamente reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial.
B. ( ) Não obtida a conciliação, qualquer das partes poderá optar, de forma autônoma, pelo juízo arbitral, desde de que se manifeste na própria audiência de conciliação, restando ao juiz, o deferimento.
C. ( ) Nos processos regidos pelo rito da Lei nº 9.099/95, não se admitirá a reconvenção.
D. ( ) Sobre os documentos apresentados por uma das partes, a parte contrária poderá se manifestar por meio de memoriais escritos, em até 15 dias.

47ª QUESTÃO – Nos termos da **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informações e dá outras providências,** é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Marque a alternativa que **NÃO** contempla esse tipo de informação.

A. ( ) Registros das despesas.
B. ( ) Tramitação de documentos nas unidades dos órgãos públicos.
C. ( ) Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.
D. ( ) Todos os contratos celebrados.

48ª QUESTÃO – As **leis federais nº 8.069, de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a nº 10.741, de 01/10/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso**, apresentam proteções a grupos de pessoas em conformidade com suas idades. Neste contexto, discorrem sobre direitos comuns aos grupos de tutelados. Quanto ao direito de liberdade expressos nas referidas normas, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I. Participar da vida política, na forma da lei;
II. Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais
III. Opinião e expressão;
IV. Crença e culto religioso;
V. Prática de esportes e de diversões;
VI. Buscar refúgio, auxílio e orientação;
VII Participação na vida familiar e comunitária.

Marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) Todas as assertivas estão contidas no rol expresso do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
B. ( ) Apenas uma das assertivas não está contida expressamente no Estatuto da Criança e do Adolescente.
C. ( ) Apenas uma das assertivas não está contida expressamente no Estatuto do Idoso.
D. ( ) Há uma assertiva que não está contida expressamente no Estatuto do Idoso e uma que não está contida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

49ª QUESTÃO – Nos termos da **Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade**, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) O sujeito ativo no crime de abuso de autoridade é necessariamente o servidor.
B. ( ) A suspensão do exercício do cargo é uma das penas restritivas de direitos substitutiva da privativa de liberdade prevista na Lei nº 13.869/19.
C. ( ) Os crimes previstos na Lei nº 13.869/19 são de ação penal pública incondicionada, não se admitindo ação privada.
D. ( ) A perda do cargo é efeito automático da condenação.

50ª QUESTÃO – Nos termos da **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente**, marque a alternativa **CORRETA**.

A. ( ) Não há responsabilidade penal para pessoa jurídica.
B. ( ) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente atenua a pena, enquanto que cometer o crime em domingos ou feriados pode agravar a pena.
C. ( ) A situação econômica do infrator não poderá ser critério para gradação da penalidade.
D. ( ) A perícia de constatação do dano ambiental sempre fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.

----------corte aqui----------

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Considere o texto abaixo para desenvolver a proposta de redação.

"A inteligência artificial pode ir muito além de imagens criativas e textos prontos, como Lensa e Chat GPT. Segundo a plataforma de conteúdo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), empresas dos mais diversos setores podem se beneficiar de "vantagens competitivas" ao integrar soluções de inteligência artificial em seus negócios.
(...)
Economia de dinheiro e aumento de eficiência foram alguns dos benefícios mencionados pelo MIT. Hoje em dia, aplicativos empresariais baseados em inteligência artificial, ou "IA" na sigla em inglês, servem para aprimorar o atendimento ao cliente, maximizar vendas, aprimorar a segurança, otimizar a cadeia de suprimentos e liberar funcionários de tarefas repetitivas.
"É difícil pensar em uma área de uma empresa em que a IA não tenha impacto", afirma o MIT Technology Review."

SILVA, Mariana Maria. exame.com.br. 2023. Uso de inteligência artificial é 'vantagem competitiva' para empresas, diz MIT. Disponível em: https://exame.com/future-of-money/uso-de-inteligencia-artificial-e-vantagem-competitiva-para-empresas-diz-mit/. Acesso em: 14 de fev. de 2023

2. Redija um texto **dissertativo-argumentativo** sobre o seguinte tema:

APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PROL DA SEGURANÇA PÚBLICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.
4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas "achando" alguma coisa sobre o assunto.
5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.
6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.
7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.
8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.
9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.
10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.
11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS.**
12. Será atribuída nota zero à redação:
a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;
c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;
d) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
e) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;
f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

TEMA: _____

TÍTULO: _____

RASCUNHO